

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO EM DIREITO AGRÁRIO**

**Linha de Pesquisa sugerida: Conflituosidade social e
vitimização**

PROJETO DE NÚCLEO DE PESQUISA:

**NEPECC- NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA EM CIÊNCIAS
CRIMINAIS: vitimização, violência e criminalidade no campo e
na cidade**

1) JUSTIFICATIVA:

A proposta de um núcleo de estudo e pesquisa em Ciências Criminais para discutir, sistematizar, e produzir conhecimento sobre VITIMIZAÇÃO E VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NO CAMPO E NA CIDADE teve sua origem durante o desenvolvimento do Curso de Mestrado em Direito Agrário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, particularmente na disciplina Violência e Criminalidade nos Conflitos Agrários, vinculada à Linha de Pesquisa Fundamentos e Institutos Jurídicos da Propriedade e da Posse, daquele Programa.

Em nossas pesquisas e nas aulas ministradas sobre o conteúdo dessa disciplina durante o Curso de Mestrado, desenvolvemos uma análise sobre a realidade AGRÁRIA no Brasil e seus reflexos na vida cotidiana das pessoas que vivem no CAMPO e nas CIDADES, particularmente sobre os fatores que de algum modo contribuem para o aumento da criminalidade e vitimização decorrentes da violência real e simbólica e suas conseqüências na vida social, política, econômica, educacional e jurídica das Sociedades Civil e Política do país.

Este projeto visa estimular nossos alunos pesquisadores (graduandos e pós-graduandos) a pensar epistemologicamente o Direito na construção de uma visão crítica dos múltiplos fatores que direta e indiretamente contribuem para o aumento ou não do índice de crimes e contravenções penais nesses espaços de conflitos, ou seja, no campo e na cidade.

Para a criação deste núcleo, bem como na elaboração do presente projeto, tomou-se como paradigma modelos de pesquisa semelhantes desenvolvidos em outras IES do Brasil, dentre elas, a Universidade Estadual de Ponta Grossa no Paraná que desenvolve no seu Programa de Mestrado em Ciências Sociais aplicadas, estudos sobre Desigualdade e Exclusão no Espaço Local, sob orientação da professora Dra. Lúcia Cortes da Costa.

A escassez de estudos científicos verticalizados e específicos sobre essa problemática, no Centro-Oeste e particularmente em Goiás, nos parece evidente, daí, a necessidade e conveniência de se instituir o presente Núcleo.

O Poder Judiciário brasileiro nos seus diversos graus e esferas de jurisdição, o Ministério Público, Defensorias, Ordem dos Advogados de Brasil, Ministério da Justiça e Secretarias de Segurança de Pública, bem como Institutos de Pesquisa, entre eles o IBGE, imprensa, sociedades de classe, tais como, Conselhos: Nacional e Estaduais de Medicina, Psicologia, Psiquiatria, Engenharia, Conselho Nacional de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos, Comitês de Combate à Tortura e à Discriminação da pessoa humana em múltiplas dimensões, entre outros, serão as potenciais fontes de pesquisa empírica a subsidiar as investigações sobre criminalidade, vitimização e violência no campo e na cidade a serem desenvolvidas por este Núcleo.

Imagina-se que vitimização, violência e criminalidade no campo e na cidade, têm como principais determinantes os problemas estruturais da sociedade brasileira, tais como: ausência de política fundiária de fixação e permanência do homem no campo; arremedo (simulacro) de reforma agrária efetiva justa e consistente; Não efetivação de distribuição justa e equitativa da terra e do que nela produz às pessoas,

resultando em persistente concentração da renda e da riqueza numa pequena parcela da população, tudo isso, somado à ausência de política de crédito agrícola e securitária satisfatória, entre outras deficiências, motiva o Programa de Mestrado em Direito Agrário e a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, envidarem esforços de estudo e pesquisa na busca de melhores caminhos e solução para o problema.

As políticas públicas empreendidas no Brasil especialmente na segunda metade do Século XX e nos primeiros anos do XXI criaram recursos de infra-estrutura urbana e rural, porém, insuficientes na consolidação da qualidade de vida da população brasileira, principalmente do trabalhador assalariado e de seus familiares, tanto do campo, quanto da cidade.

Brasil padece de graves disparidades sociais e altos níveis de exclusão. As dificuldades de manter um processo de crescimento econômico com processos de inclusão têm agravado as condições sociais de vida da população brasileira. A década de 1980, foi considerada uma década perdida para os países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina.

No projeto da IES de Ponta Grossa, acima referido, está consignado que no caso brasileiro, depois do milagre econômico da década de 1970, o Brasil passou a sofrer as conseqüências de seu endividamento externo, sob a forma de pagamento de juros da dívida externa, transformada em dívida pública. Na década de 1990 logramos êxito na construção de padrões democráticos na relação entre o Estado e a sociedade civil, especialmente com a generalização das eleições diretas em todos os níveis de governo. Porém, a persistente crise econômica não permitiu uma alteração significativa do quadro social. E que, apesar do avanço democrático não houve um avanço no sentido de diminuir os índices de desigualdade e exclusão social.

No mesmo sentido, deixa consignado que a partir de 1994, com a implementação do Plano Real, conseguimos estabilizar a moeda, revertendo o processo inflacionário que deteriorava os salários e gerava um clima de instabilidade social e econômica.

A partir do segundo ano da estabilização monetária, em 1996, já tornava-se evidente que persistiam os problemas estruturais na sociedade brasileira: a incapacidade de implementar um processo de crescimento econômico com elevação dos índices de distribuição da renda e da riqueza nacionais.

Ao lado da estabilidade monetária, da persistente elevação das taxas de juros, devido os problemas relativos a dívida pública, cresceu o problema do desemprego, agravando de forma dramática o quadro social do país. No contexto de crescimento econômico lento, com redução no volume de postos de trabalho em vários setores (bancário, industrial), colocou-se em prática o processo de reforma do Estado, onde o ajuste orçamentário está sendo realizado através do corte de despesas na área social, especialmente na área da seguridade social. Deste conjunto de fatores acima enumerados, decorre o agravamento das condições sociais de vida da população brasileira.

O Brasil, devido sua extensão geográfica e complexidade produtiva, registra níveis de desigualdade social e exclusão de forma bastante diferenciada entre as suas cinco regiões (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste, sul), sendo importante discutir a especificidade de cada realidade regional dentro do contexto mais amplo do país. Mesmo dentro de cada região do país, as realidades locais são bastante diferenciadas. A concentração do dinamismo econômico nas cidades pólos dentro de cada região, cria um processo de migração interna ao mesmo tempo que coloca a necessidade de buscar alternativas para o desenvolvimento econômico e social local. O espaço local, que em nossa pesquisa será identificado com o espaço do município (área urbana e rural), é onde se expressam as formas de resistência e a busca de alternativas frente as determinações macro-econômicas que afetam o país.

A desigualdade social e os processos de exclusão, embora determinados por causas estruturais da sociedade brasileira, ocorrem no espaço local. É no espaço local que os cidadãos moram, produzem, consomem e vivem. Assim, a análise dos níveis e formas da desigualdade e exclusão no espaço local é fator fundamental para se procurar alternativas criativas, no

nível local, para enfrentar e alterar a realidade social. Após o processo de democratização da sociedade brasileira cresceu o processo de descentralização e municipalização das políticas públicas, este processo tem no entanto, encontrado bastante resistências no governo federal no que se refere a descentralização dos recursos fiscais. Assim, o município surge, com a Constituição de 1988, como o local de gerência do desenvolvimento social e econômico, mas persiste a dificuldade de transformar essa autonomia legal em autonomia efetiva, na medida em que se mantém centralizado os recursos necessários para dar ao município o poder de implementar as políticas públicas necessárias para reverter o grave quadro social. Esse impasse se expressa nas condições sociais de vida da população de cada município e das opções encontradas em cada espaço local para enfrentar esse desafio.

Temos que registrar que a exemplo dos trabalhos realizados na Universidade Estadual de Ponta Grossa nos inspiramos também na experiência desenvolvida através do Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP que, junto com entidades da sociedade civil e o Conselho Municipal da Assistência Social, elaborou o mapa da exclusão social da cidade de São Paulo, também na experiência da construção do mapa da pobreza no Paraná, com a participação do IPARDES e da Universidade Federal do Paraná. São experiências que nos orientam na proposição deste Núcleo de Pesquisa sobre criminalidade, vitimização e violência no campo e na cidade.

Discutir, analisar, sistematizar e produzir conhecimento sobre a criminalidade, vitimização e violência no campo e na cidade é uma tarefa necessária para buscar meios de reverter o quadro do controle penal do país. Nesse desafio, a Universidade deve desempenhar um papel fundamental na sistematização do conhecimento sobre a realidade social local. A Universidade pública deve responder a sua missão, produzir conhecimento que permita transformar de forma positiva a realidade jurídico-social, inserir os acadêmicos (tanto da graduação como da pós-graduação) na atividade da pesquisa e na discussão da realidade local onde se insere e porque não na realidade brasileira enquanto totalidade.

2) OBJETIVOS DO NÚCLEO DE PESQUISA:

A proposta deste núcleo de estudo e pesquisa é a construção de um espaço multidisciplinar e multi-institucional para a análise e produção do conhecimento sobre: CIÊNCIAS CRIMINAIS, com ênfase na vitimização, criminalidade e violência no campo e na cidade. Com estes objetivos, buscar-se-á:

1º) Sistematizar os conceitos teóricos sobre criminalidade, vitimização e violência (real e simbólica) nos espaços: campo e cidade;

2º) Sistematizar essa problemática, num primeiro momento, nos municípios de Goiânia e sua Região Metropolitana (Zona Rural e Zona Urbana) e em momentos seguintes, ampliá-la no âmbito de todo Estado e, quem sabe, até mesmo do país;

3º) Sistematizar e problematizar o conceito de conflituosidade social, vitimização e violência real e simbólica;

4º) Sistematizar, coletar e analisar dados sobre a realidade da criminalidade ocorrente no espaço delimitado da pesquisa e em que circunstâncias essa violência se dá e quais são os sujeitos protagonistas desse processo crimino-vitimizador;

5º) Investigar e tentar estabelecer relação dos possíveis fatores de conflituosidade, criminalidade, vitimização e violência em nível local, entre a realidade concreta e os níveis regionais e nacionais;

6º) construir uma metodologia de trabalho multidisciplinar e multi-institucional a partir do estabelecimento de parcerias com outros núcleos de pesquisa e com organizações públicas estatais e da sociedade civil;

7º) Analisar os indicadores de criminalidade, vitimização e violência, a partir de variáveis de desigualdade e exclusão social no Estado de Goiás e do país, relacionando-os com a realidade concreta da Região Metropolitana de Goiânia (Capital, sua zona rural, incluindo as cidades circunvizinhas num raio de até cinquenta quilômetros);

8º) Sistematizar, produzir e divulgar conhecimento, via publicações (revistas, livros, periódicos etc.) seminários, palestras, colóquios etc., sobre criminalidade, vitimização e violência no campo e na cidade;

9º) Propiciar aos acadêmicos da Universidade Federal de Goiás (UFG) e particularmente de sua Faculdade de Direito (graduação e pós-graduação) a vivência da pesquisa em Ciências Criminais e sua interface com outras áreas do conhecimento (Antropologia, Sociologia, Filosofia, Psicologia, Psiquiatria, Medicina, Engenharia etc...);

10º) Favorecer parceria entre a Universidade, Poder Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Poder Legislativo e Executivo, entidades de classe, bem como com a comunidade local na busca de soluções criativas para o enfrentamento dos problemas da criminalidade no campo e na cidade.

3) METODOLOGIA DE TRABALHO DO NÚCLEO DE PESQUISA:

O Núcleo de pesquisa partirá de uma construção de referenciais teóricos sobre o tema da CRIMINALIDADE, VITIMIZAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE, desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, leis, decretos, jurisprudência (Súmulas, Acórdãos e Sentenças e autos Processuais etc.,) realização de debate sobre essa temática através de espaços coletivos a serem promovidos através do núcleo de pesquisa.

O trabalho a ser desenvolvido no núcleo prevê a coleta de dados a partir de fontes oficiais dos Poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo nas três esferas de Poder.

O Núcleo buscará tornar-se um pólo de organização e análise dos dados coletados sobre seus objetos e sujeitos das pesquisas nele desenvolvidas.

O trabalho do Núcleo de pesquisa será organizado a partir do estabelecimento de um plano de ação que se desenvolverá em diferentes momentos e etapas:

1ª. Fase do trabalho:

1) busca de parceiros: o núcleo estabelecerá contato com outros núcleos de pesquisa (especialmente os já existentes e consolidados junto às demais unidades acadêmicas da UFG e ainda, junto ao CNPQ, CAPES, FUNAP, FAPEG, UEG, PUC-Goiás, ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA DE GOIÁS (ESMEG), ESCOLA SUPERIOR DA ADVACACIA (ESA), FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, ACADEMIAS DE POLÍCIA CIVIL E MILITAR, UnB, UFMG, UFSC, CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, PSIQUIATRIA, MEDICINA, ENGENHARIA etc.);

2) para conhecer a proposta e metodologia de trabalho destes núcleos e instituições e estabelecer parceria para a análise e produção de conhecimento. Buscar-se-á a participação de alunos da graduação e pós-graduação (Doutorado, Mestrado e Especializações) oferecidos pela UFG e demais IES do Estado de Goiás;

3) A busca de parceiros locais, órgãos e entidades envolvidos com a implementação de políticas criminais, conselhos paritários da área carcerária e criminal, bem como Assistência Social, Juizados e Delegacias da Mulher, Varas criminais e de Execução Penal, Órgãos de Saúde e do Trabalho, para ter acesso a dados da realidade local e propor ações em conjunto no combate à criminalidade, vitimização e violência.

4) Sistematização dos conceitos de conflituosidade,

criminalidade, vitimização e violência no campo e na cidade - através de discussão sobre o material bibliográfico disponível, elaboração de sínteses parciais a ser discutida pelo núcleo junto a comunidade local, via elaboração de material para publicação e organização de espaços coletivos para debate junto a comunidade local.

2ª Fase do Trabalho:

1) Coleta e sistematização de dados sobre a realidade concreta da criminalidade, vitimização e violência no campo e na cidade, com ênfase na área crimino-social, envolvendo além dos órgãos punitivos e de controle (Polícia, Ministério Público e Judiciário), mas também órgãos de saúde, particularmente os de saúde mental, educação, trabalho, habitação, entre outros que se mostrem significativos durante os trabalhos desenvolvidos;

2) Análise de indicadores criminais e vitimológicos (Download-Discussão sobre esses indicadores), relacionando-os com a realidade local. Índices de ingresso no sistema carcerário, índice de reinserção social do reeducando, bem como o acesso do reeducando aos serviços de assistência social e à saúde, ao trabalho e à escola.

.

3) Discussão da realidade criminal local concreta junto às comunidades dos municípios do espaço de investigação estabelecido por este grupo de pesquisa que ora se institui.

3ª Fase do Trabalho:

1) Tratamento dos dados estatísticos e elaboração do mapa de conflitos e criminalidade, vitimização e violência no campo e na cidade nos municípios de Goiânia (cidades e zonas rurais de Goiânia e da Região Metropolitana), a partir da área de atuação: da polícia, Ministério Público Judiciário e outros órgãos, tais como: de saúde, educação, assistência social, etc., identificado com a respectiva localização geográfica no município objeto da investigação;

2) Elaboração de relatórios e material para publicação, dando divulgação aos resultados parciais e globais do núcleo de pesquisa perante a comunidade acadêmica e ao público da sociedade em geral;

O Núcleo de Pesquisa buscará adesão de pesquisadores de diferentes áreas, que poderão integrar de forma permanente o Núcleo ou contribuir em fases específicas do trabalho. Será aberto à participação de pesquisadores (professores, profissionais, técnicos e acadêmicos) da Universidade Federal de Goiás, bem como de outras Instituições de Ensino e Pesquisa e das entidades da sociedade civil que venham a estabelecer parcerias com o Núcleo.

A coleta de dados será organizada conforme as especificidades de cada área e de acordo com os parceiros que serão envolvidos, para o que se estabelecerá um roteiro de trabalho e a seleção dos dados considerados relevantes para discussão e análise.

A metodologia ora proposta será alvo de constantes avaliações durante o desenvolvimento dos trabalhos, o que poderá resultar em alterações na sistemática de trabalho do núcleo visando à otimização das ações a serem desenvolvidas.

4) CRONOGRAMA DE ATUAÇÃO:

A duração do Núcleo de Pesquisa sobre CRIMINALIDADE, VITIMIZAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE, tem uma previsão inicial de dois anos. Porém, pretende-se reeditá-lo de forma a transformar o Núcleo em espaço permanente de produção e divulgação de conhecimento sobre a realidade crimino-jurídico-social local, sendo para tanto necessário uma constante avaliação da sua produtividade e capacidade de transformar-se em espaço coletivo de produção e divulgação de conhecimento.

Setembro e outubro de 2014:

1º) Tramitação e aprovação do projeto de criação do Núcleo de Pesquisa junto aos órgãos e instâncias superiores a UFG/FD;

2º) Busca de recursos junto ao CNPq e outras agências financiadoras;

3º) Seleção de alunos do curso de graduação em Direito da UFG e de outras IES para integrar o núcleo de pesquisa;

4º) Seleção de alunos de Mestrado de Direito Agrário da UFG e de outras IES para integrar o núcleo de pesquisa;

5º) Seleção de professores pesquisadores e profissionais de outras ares e IES, que queiram voluntariamente colaborar com a pesquisa do grupo;

6º) Estabelecer parcerias com outros núcleos de pesquisa, entidades e com os órgãos locais;

7º) Estabelecer plano interno de trabalho do Núcleo de Pesquisa;

Novembro e Dezembro de 2014:

1º) discutir, analisar e sistematizar os conceitos de conflituosidade, criminalidade, vitimização e violência (real e simbólica) no campo e na cidade através de pesquisa bibliográfica;

2º) Estabelecer o plano de trabalho para a coleta de dados sobre a realidade criminal do espaço da pesquisa, ou seja, Goiânia e Região Metropolitana;

Fevereiro a junho de 2015:

1º) Coletar dados sobre a realidade da criminalidade, vitimização e violência no campo e na cidade nos espaços investigados;

2º) Análise de indicadores crimino-sociais, relacionando-os com os dados da realidade concreta da conflituosidade, vitimização e violência no campo e na cidade;

Agosto e dezembro de 2015:

1º) Coleta e discussão dos dados da realidade concreta do espaço da pesquisa, junto à comunidade - via seminários a serem organizados conforme as áreas pesquisadas (Polícia, Ministério Público, Judiciário, órgãos de saúde, educação, habitação, trabalho etc.);

Fevereiro a junho de 2016:

1º) Construção de material para publicação;

2º) Elaboração do mapa atinente ao tratamento e análise dos dados coletados nos momentos anteriores da pesquisa no espaço investigado;

3º) Divulgação dos dados coletados durante a pesquisa junto aos órgãos locais, via documental, imprensa, seminários e/ou palestras.

Agosto a dezembro de 2016:

1º) Construção do relatório parcial de pesquisa:

Avaliação das possibilidades de reedição do núcleo de pesquisa.

5) RECURSOS:

RECURSOS HUMANOS:

01- Coordenador Geral do núcleo de pesquisa – Adegmar José Ferreira, Professor Doutor, Adjunto da Faculdade de Direito da UFG, da PUC-GOIÁS e Magistrado do Tribunal de Justiça de Goiás, titular da 10ª. Vara Criminal de Goiânia;

02- Coordenador da área criminal – Ms. Rangel Donizete Franco, Professor da FASAN e Assessor Jurídico do Juiz-1 da 10ª. Vara Criminal de Goiânia;

3- Coordenador da área de psiquiatria Forense – Ms. Leonardo Mendes, Professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito da UFG e Médico Legista;

4- Docentes colaboradores de outras Instituições de Ensino Superior: (PUC-GO, FASAN ALFA etc...)

5- Acadêmicos de Pós-Graduação:

Alunos do Mestrado de Mestrado;

6- Docentes da UFG:

Diferentes áreas do conhecimento, como pesquisadores associados;

7- Pesquisadores da comunidade local de diversas instituições;

**7. Demais Pesquisadores que venham a vincularem-se ao núcleo
- como parceiros;**

8. Acadêmicos de Graduação da UFG;

9. Acadêmicos de graduação de outras IES;

RECURSOS MATERIAIS:

Os materiais serão solicitados às instâncias competentes da UFG e ou Agências de Fomento à pesquisa com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, da Faculdade de Direito da UFG e do Mestrado em Direito Agrário.

Serão realizados eventos para cobrir os custos da pesquisa e buscaremos recursos, junto às agências de fomento à pesquisa e a comunidade local envolvida com a pesquisa.

RECURSOS FÍSICOS: FD/UFG E PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO AGRÁRIO:

Uso do auditório para reuniões, colóquios, oficina e mesa-redonda e palestras com o grupo de parceiros e a comunidade em geral - em datas previamente agendadas;

Disponibilidade de salas de aula do Programa de Mestrado para reuniões de trabalho;

Disponibilidade para uso da internet – FD/UFG e Programa de Mestrado de Direito Agrário.

6) ÓRGÃOS ENVOLVIDOS:

- **Faculdade de Direito da UFG;**
- **Programa de Mestrado de Direito Agrário;**
- **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;**
- **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais - Proex;**
- **FUNAP;**

OBS: Conforme o transcorrer dos trabalhos serão estabelecidas parcerias com diversos órgãos e entidades, arroladas como órgãos envolvidos nos relatórios que serão elaborados.

Goiânia-GO, 20 de Setembro de 2014

Professor Adegmar José Ferreira- Coordenador Geral do Núcleo